



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 431/2020 - SS PROCESSO nº 07809/2020

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos/ Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS** para a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços eletivos e de urgência e emergência de imagens através de tomografia computadorizada e ressonância magnética, em atendimento às unidades da Subsecretaria de Urgência e Emergência – SSUS/SS**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Municipal nº 10.214/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 13.602/2019, Decreto municipal nº 14.168/2020 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 08:00h do dia 09/03/2021, às 14:30h do dia 23/03/2021;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 15:00h do dia 23/03/2021**, no endereço eletrônico **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SARH/SSLICOML, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico **https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/**. **É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail - pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A subsecretaria não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187/8492.**

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 431/2020 - SS PROCESSO nº 07809/2020

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos/ Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Municipal nº 10.214/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 13.602/2019, Decreto Municipal nº 14.168/2020 e demais legislações aplicáveis..

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando o Registro de Preços para **à contratação de empresa especializada para prestação de serviços eletivos e de urgência e emergência de imagens através de tomografia computadorizada e ressonância magnética, em atendimento às unidades da Subsecretaria de Urgência e Emergência – SSUS/SS**, conforme condições descritas nos Anexos deste Edital.

1.1.1. Atendidas as exigências legais e a necessidade da prestação dos serviços, terão prioridade as Unidades Prestadoras de Serviços de caráter filantrópico ou as sem fins lucrativos, conforme o prescrito no parágrafo 1º do art. 199 da Constituição Federal, observando a legislação específica federal e municipal, bem como o disposto no Termo Contratual, no Edital e no Termo de Referência.

1.1.2. Integra este Edital, como se nele estivesse transcrito as **Especificações Técnicas - item 3** - do Termo de Referência - Anexo VII, assim como todas as especificações neste contidas.

1.2. A licitação será realizada em 02 (dois) lotes:

1.2.1. LOTE I: Tomografia computadorizada e ressonância magnética DE URGÊNCIA, PARA PACIENTES INTERNADOS, GRAVES OU AGUDIZADOS, no Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira. Os exames tomografia computadorizada deverão ser realizados no âmbito do Hospital, sem acarretar prejuízo ao paciente, garantindo sua assistência 24 horas, 07 dias por semana, incluindo feriados.

1.2.2. LOTE II: Tomografia computadorizada, em estabelecimento próprio, PARA PACIENTES DAS UNIDADES DURL, PAI, UPA NORTE, UPA OESTE, UPA SUL, E PROCEDIMENTOS ELETIVOS ORIUNDOS DO HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DR. MOZART GERALDO TEIXEIRA que tenham condição clínica para transporte. Estes exames poderão ser realizados em estabelecimento próprio do prestador, deverão ser agendados conforme acordo entre a contratada e contratante, no período compreendido entre 07:00h às 22:00h, 07 dias por semana, incluindo feriados, o transporte será disponibilizado pela contratante através do Serviço de Transporte Inter Hospitalar.

1.3. DO CONHECIMENTO DO LOCAL PARA LOTE I

1.3.1. Apresentar Declaração de Conhecimento do Local, comprovando que a licitante tomou conhecimento, através de seu responsável devidamente identificado, do local onde os serviços serão executados. Os interessados poderão agendar o conhecimento do Local, a ser realizado acompanhado por



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

servidor designado, de segunda-feira a sexta-feira, das 9 horas às 17 horas, pelo telefone 3690-8197 (Direção Administrativa do HPS), com pelo menos 48 horas de antecedência da data de realização da licitação, através do seguinte contato: DHMUE (Departamento do Hospital Municipal de Urgência e Emergência) – Av.: Barão do Rio Branco, 3408 – Passos. Tel.: 3690-8111 ou 8197.

1.3.2. Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto do contrato.

1.3.4. O prazo para tomar conhecimento iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

1.3.5. Caso o interessado opte por realizar a visita, deverá se apresentar devidamente identificado.

1.4. DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS

1.4.1. LOTE I: Atender a demanda do hospital 24hs por dia e 7 dias por semana para exames de urgência. Prazo de emissão dos laudos: 04 horas a contar do horário de realização do exame.

Obs. O atendimento de urgência e emergência não poderá sofrer interrupções, em eventual impossibilidade de atendimento por problemas técnicos, o prestador deverá disponibilizar plano de contingência de forma a assegurar a realização ININTERRUPTA dos exames. Em caso do equipamento ficar inoperante, a CONTRATADA deverá disponibilizar o procedimento, mesmo que em outra unidade. Neste caso, a Secretaria de Saúde disponibilizará o transporte dos pacientes através do serviço de Transporte Inter Hospitalar, no prazo de 48 horas. Após este período, todo o custo envolvido na realização destes exames, incluindo, a remoção a outra Unidade Clínica, será de responsabilidade do prestador.

1.4.1.1. O prazo para implantação do equipamento nas e efetivação do serviço é de 30 dias após o recebimento da Nota de Empenho. A instalação completa será de responsabilidade da empresa vencedora, incluindo todos os custos referente a obras, procedimentos hidráulicos, elétricos e mão de obra especializada se forem necessários.

1.4.2. LOTE II: Atender a demanda através de agendamentos conforme acordo entre a contrata e contratante, no período compreendido entre 07:00h às 22:00h, 07 dias por semana, incluindo feriados. Prazo de emissão dos laudos: 04 horas a contar do horário de realização do exame. O transporte dos pacientes será através do serviço de Transporte Inter Hospitalar.

Obs. O atendimento de urgência e emergência não poderá sofrer interrupções, em eventual impossibilidade de atendimento por problemas técnicos, o prestador deverá disponibilizar plano de contingência de forma a assegurar a realização ININTERRUPTA dos exames.

II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Lote I (HPS TABELA SUS + COMPLEMENTAÇÃO)

TABELA SUS: Ptes: 10.302.0003.2282.0000. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

COMPLEMENTAÇÃO: Ptes: 10.302.0003.2282.0000. **Fonte de Recurso:** 0102.600.000. (TESOURO). **Natureza de Despesa:** 339039.

4.1.2. LOTE II (TABELA SUS)

HPS: Ptes: 10.302.0003.2282.0000. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PAI: Ptres: 10.302.0003.2298.5018. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

DURL: Ptres: 10.302.0003.2298.5017. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

UPAS: Ptres: 10.302.0003.2298.5019. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

III - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. É vedada a participação de interessados:

4.1.1. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2. que se encontrem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

4.1.3. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.6. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.7. que estejam reunidas em consórcio;

***Nota Explicativa:** O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.*

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P” - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que “...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável...” pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item

6.1.2. Marca, quando for o caso;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.4. E-mail para fins de comunicação com o proponente.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

6.2.4. Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Habilitação Jurídica:

7.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

7.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.4. Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo V**:

7.2.4.1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

7.2.4.2. Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

7.2.4.3. Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

7.2.4.4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

7.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

de 14 anos, conforme **Anexo IV**.

7.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo III**.

7.2.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

7.2.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

7.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

7.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

7.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

7.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.3.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.3.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

7.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

7.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

7.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

7.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

7.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem **7.4.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

7.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC maior ou igual a 1(um)



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.4.2.1. O item **7.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

7.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

7.4.3.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

7.4.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

7.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei nº 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Técnica:

7.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por estabelecimento de saúde que faça uso de sistemas de capacidade semelhante, bem como as especificações técnicas exigidas neste procedimento, devidamente registrados.

7.5.2. Registro no CRM (Conselho Regional de Medicina).

7.5.3. Registro no CRTR (Conselho Regional de Técnico em Radiologia).

7.5.4. Alvará/Licença de Funcionamento, emitido por órgão sanitário local (DVISA), atualizado, dentro de um período de 01 (um) ano.

7.5.5. Para Lote I: Declaração de Conhecimento do Local, conforme modelo **Anexo VII**.

7.5.6. Para Lote II: Declaração de que o espaço físico no qual os exames serão realizados dispõe de acessibilidade para recebimento de pacientes em macas hospitalares de transporte e cadeira de rodas, incluindo estacionamento de ambulâncias e que o aparelho comporta pacientes com 150 kg ou mais.

7.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

7.7. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.8. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

7.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

7.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

7.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.5.1. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE** de acordo com o especificado no **Anexo VII**.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.23.1. no país;

8.23.2. por empresas brasileiras;

8.23.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.23.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteadada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.25. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.25.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.3. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XI – DO RECURSO

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

XIII – DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

13.1.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame,

13.2. Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido via postal, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente à subsecretaria para assinatura.

13.2.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento da Ata de Registro encaminhada para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

13.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

XIV - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DO CONTRATO

14.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura do contrato entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada, conforme o caso.

14.2. A(s) Nota(s) de Empenho(s) deverão ser anexadas ao processo de administração da Ata de Registro de Preços.

14.3. A licitante vencedora prestará somente os serviços relacionados neste Edital.

14.4. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pela prestação à terceiros dos serviços contratados, mesmo que solicitados por seus servidores.

14.5. A Administração Pública tem a faculdade de formalizar termo contratual, a partir e durante a vigência da ata de registro de preços, nos termos preceituados pela legislação específica, podendo substituí-lo por outros documentos hábeis, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

14.6. O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

14.7. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

14.8. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

14.9. O prazo de vigência para a prestação de serviços será por **12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato**, podendo ser aditado e prorrogado sempre respeitando os limites e condições impostas pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

XV - DO REAJUSTE DO CONTRATO

15.1. O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

15.2. Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

15.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

15.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

XVI - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

16.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a gestão do objeto – voltadas às questões administrativas, tais como: aspectos documentais, a necessidade de formalização dos termos aditivos relativos à alteração no projeto, prorrogação dos prazos e outros – referente ao **Lote I**, será realizado pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

16.2. A fiscalização, acompanhamento da execução dos serviços, a verificação da conformidade de sua execução, referente ao Lote I, será realizado pelo HPS. Para o **Lote II**, será realizado pelo DURL, PAI e HPS/UPA's, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

XVII - DAS OBRIGAÇÕES

17.1. Da Unidade Requisitante:

17.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

17.1.2. Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a Contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

17.1.3. Proporcionar condições à Contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

17.1.4. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

17.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

17.1.6. Impedir que terceiros prestem os serviços objeto do edital.

17.1.7. Os ambientes do estabelecimento de saúde que utilizarem os diagnósticos por imagem devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pela ANVISA - RDC nº 50/2002, para Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde.

17.1.8. Compete às autoridades sanitárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o licenciamento dos serviços que empregam os diagnósticos por imagem, assim como a fiscalização do cumprimento deste regulamento, sem prejuízo da observância de outros regulamentos federais, estaduais e municipais supletivos sobre a matéria.

17.1.9. Verificar o registro no Ministério da Saúde dos equipamentos de raios-X diagnósticos, componentes (tubo, cabeçote, sistema de colimação, mesa “bucky”, “bucky” mural, seriógrafo, sistema intensificador de imagem) e acessórios de proteção radiológica em radiodiagnóstico.

17.1.10. Após o término do certame e início dos serviços de instalação, cabe ao Município exigir o Relatório de aceitação da instalação e relatório de teste de aceitação dos equipamentos de rádio imagem, emitido pela Contratada após sua instalação com o aceite do titular do estabelecimento e relatório de levantamento radiométrico, emitido por especialista em física de radiodiagnóstico (ou certificação equivalente) comprovando a conformidade com os níveis de restrição de dose estabelecidos pelo regulamento.

17.1.11. Ceder espaço para as instalações da contratada na unidade indicada neste projeto, sem ônus para a Contratada.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.1.12. Indicar servidores da SS (Fiscal e Gestor do Contrato), que ficarão responsáveis pela fiscalização da execução dos serviços, e a quem caberá promover a qualquer tempo, auditorias destinadas a comprovação da adequada execução dos serviços, em conformidade com os quantitativos estabelecidos e padrões de qualidade exigíveis; remeter advertências à contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.

17.1.13. Periodicamente vistoriar as condições de instalações da entidade prestadora de serviços, para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato.

17.2. Da Sociedade Empresária Vencedora:

17.2.1. Na execução do contrato, a Contratada deverá apresentar relação dos profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem especialização na área em questão, através de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade.

17.2.2. A Contratada deverá garantir o número de funcionários, incluindo técnicos, auxiliares e médicos radiologistas, para execução dos serviços, atendendo aos quantitativos de equipamentos necessários, e salas existentes, considerando o horário de funcionamento do HPS – Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira, qual seja, sete dias na semana e 24h por dia, ininterruptamente.

17.2.3. Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, o nome deste deverá ser encaminhado previamente ao município, atendendo a todas as condições estipuladas no Edital.

17.2.4. A Contratada responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do serviço contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF.

17.2.5. Afastar do serviço do SUS/Juiz de Fora, no prazo máximo de 24 horas, qualquer empregado que na opinião da fiscalização não execute o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou ainda, quando se comportar de forma desrespeitosa, desordenada ou indesejável.

17.2.6. Designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.

17.2.7. Cumprir com todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso dos equipamentos de segurança por seus empregados, por funcionários da SS e de usuários, quando necessário; implementando uma estrutura organizacional de modo a facilitar o desenvolvimento de uma cultura de segurança.

17.2.8. A Contratada não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato sob pena de rescisão do contrato;

17.2.9. Caberá a Contratada apresentar relatório circunstanciado contendo relação de profissionais, equipamentos disponíveis, etc.

17.2.10. Repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde da Secretaria de Saúde.

17.2.11. As guias de encaminhamentos deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo, para fins de controle,



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

avaliação e auditoria. Além disso, as guias de autorização dos procedimentos deverão, obrigatoriamente, estar autorizada pelo responsável designado do Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira para o LOTE I, e responsável designado por cada unidade para o LOTE II.

17.2.12. Deverá ser enviado por meio eletrônico, semanalmente, à Direção Administrativa do HPS relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data, profissional solicitante e procedimento realizado, em conformidade com o que dispõe esse Edital, quanto ao LOTE I. Deverá ser enviado por meio eletrônico, semanalmente, à Subsecretaria de Urgência e Emergência, com cópia para as Unidades constantes do LOTE II, relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data, profissional solicitante e procedimento realizado, em conformidade com o que dispõe o Edital.

17.2.13. Não será permitida a realização de procedimentos radiológicos em pacientes que não estejam em processo de atendimento referenciado, ambulatorial ou internado nas unidades de urgência OU QUE NÃO ESTEJAM DENTRO DO ROL DE EXAMES CONTRATADO, salvo por AUTORIZAÇÃO expressa da Direção Geral.

17.2.14. Providenciar manutenção preventiva mensal, o qual deverá ser apresentado através de relatório a ser entregue à Direção Administrativa do HPS, com igual periodicidade, e corretiva, em até 24hs da ocorrência de defeito nos equipamentos utilizados para realização dos serviços.

17.2.15. Todos os exames realizados serão acondicionados em embalagem própria ao serem entregues aos pacientes posteriormente à análise do Médico, Enfermeiro, profissional responsável;

17.2.16. Tratar os usuários do SUS, funcionários da Prefeitura de Juiz de Fora, representantes dos Conselhos de Saúde e Ouvidoria com zelo e distinção.

17.2.17. Medir periodicamente, de acordo com as normas de segurança e diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico, o nível de radioatividade emitido pelos equipamentos no ambiente.

17.2.18. Implementar o programa de garantia da qualidade e manter os assentamentos dos dados obtidos, incluindo informações sobre ações corretivas; bem como apoiar o SPR nos programas de garantia de qualidade da imagem e otimização da proteção radiológica.

17.2.19. Zelar pela integridade dos assentamentos por cinco anos, exceto de dados de monitoração individual que devem ser armazenados por um período mínimo de 30 anos após o término da atividade com radiação, exercida pelo indivíduo monitorado. Deverão ser utilizados meios adequados e armazenamento digital.

17.2.20. Estabelecer e implementar padrões de qualidade de imagem e verificar a sua manutenção; em conformidade com as Normas para Processo de Avaliação NR: NA 6/1 – ONA.

17.2.21. O programa de garantia de qualidade deverá incluir o assentamento dos testes e avaliações realizadas e os resultados obtidos, assim como a documentação e verificação dos procedimentos operacionais e das tabelas de exposição, considerando os requisitos de proteção radiológica estabelecidos no Regulamento.

17.2.22. Manter a atualização do Relatório de Levantamento Radiométrico e Medida de Radiação de Fuga e Relatório de Testes de Constância de todos os equipamentos (Portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).

17.2.23. Fornecer um Plano Operacional Padrão (POP) da destinação final dos resíduos químicos, considerando o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS (RDC 306 de 07/12/2004 e Resolução CONAMA 358/2005).



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.2.24. Assegurar à autoridade sanitária livre acesso a todas as dependências do serviço e manter à disposição todos os assentamentos e documentos especificados em regulamento (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).

17.2.25. Investigar causas de desconformidade com as leis que regulam o exercício da atividade, identificando circunstâncias e consequências, adotando, ainda, as medidas cabíveis para corrigir as falhas detectadas e prevenir a recorrência de infrações similares, com apresentação de medidas corretivas das não conformidades.

XVIII – DAS PENALIDADES

18.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas neste **edital**, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

18.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

18.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

18.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

18.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

18.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

18.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

18.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

e) mais de 2 (duas) advertências

18.8. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

19.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

19.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

19.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, em até 30 (trinta) dias, pelo Departamento de Execução Orçamentária e Financeira (SSOF) da Unidade Requisitante, creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), na agência bancária indicada pela Contratada no CNES, após o processamento e aprovação da produção pelo SAI, condicionado ao repasse dos recursos ao teto MAC PELO Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde, em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente a data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto ao setor responsável da Unidade Requisitante.:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

19.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

19.4.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

19.4.2. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

19.4.3. Quando ocorrer a situação prevista no item **19.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

19.4.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

19.4.5. Os pagamentos estão condicionados à apresentação e processamento da produção conforme cronograma estabelecido pela Unidade Requisitante e pelo Ministério da Saúde, observados os seguintes procedimentos:

19.4.6. Os serviços realizados deverão ser apresentados laudos que serão autorizados pela direção clínica ou responsável pela fiscalização do contrato do HPS e das demais unidades. Cópia desta documentação deverá ficar em posse do Fiscal nomeado, que preencherá o checklist formulado pela Subsecretaria de Urgência, que é o espelho da referida documentação, que acompanhará as notas fiscais, para posterior



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

efetivação do pagamento pelo Departamento Orçamentário, Financeiro e Contábil (DOFIC/SSOF/SS), conforme valor aprovado

19.4.7. A nota fiscal será emitida em moeda corrente do país, após o processamento da produção pelo sistema DATASUS/SIA, consoante valores aprovados pelo sistema

19.4.8. Todas as notas fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e trabalhista, de acordo com o art. 29 da Lei 8.666/93

19.4.9. Os valores a serem pagos observarão a Tabela SUS (SIGTAP), quanto ao valor unitário de cada procedimento realizado e aprovado pelo sistema, mais a complementação pelo Tesouro prevista para o LOTE I. Os procedimentos realizados nos pacientes serão faturados através do BPA individualizado, mediante conferência dos relatórios constando nomes dos pacientes e exames realizados, que deverão ser apresentados e conferidos pelo Fiscal do Contrato

19.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

19.5.1. Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

19.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

19.7. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

19.8. No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

19.9. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

19.10. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

19.10.1. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

21.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

21.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

21.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

22.2. A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM**, **subsecretaria** responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

22.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

22.4. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

22.5. Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

22.6. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.7. É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

22.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.7.2. Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

22.7.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

22.8. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.9. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

22.10. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

22.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SARH/SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187/8492, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas, ou através do e-mail **pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br**.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF/SARH/SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

22.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

22.17. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo II - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo III - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo V – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo.

Anexo VI – Minuta de Contrato.

Anexo VII – Termo de Referência e Valor Estimado.

Anexo VIII - Modelo de Declaração de Conhecimento do Local.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 431/2020 - SS

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº /..... –
PROCESSO nº/..... – **PE nº**/.....
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Secretaria de Administração e Recursos Humanos, doravante denominada **SARH**, e, neste ato, **UNIDADE GESTORA**, através de seu(ua), Sr(a)., e a sociedade empresária....., estabelecida na Rua/Avenida, nº., CNPJ nº., pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº., R.G. nº., doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos do Art. 15 da lei Federal nº.8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº.8.883 de 09 de junho de 1994, Lei Federal nº.10.520/2002, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº.13892/2020, Decreto nº 13.602/2019 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº**/20....., para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo próprio nº/20....., firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei nº.8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações **para a**, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº./20....., Pregão Eletrônico nº./20....., para atender demanda da, doravante denominada **UNIDADE(s) REQUISITANTE(s)**.

CLÁUSULA II – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

3.2. Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.3. Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A UNIDADE REQUISITANTE reserva-se no direito de contratar as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

3.4. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº...../20.....**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura do contrato entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada.

4.2. O **FORNECEDOR** da Ata de Registro de Preços será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta, mesmo que o término do contrato dele decorrente estiver previsto para data posterior à do seu vencimento.

4.3. Toda contratação deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante interessada, a qual deverá ser feita mediante assinatura de documento hábil.

4.4. A cópia da Nota de Empenho ou outro de documento hábil deverá ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA V – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1. O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado à **UNIDADE GESTORA** e à **UNIDADE REQUISITANTE** seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **UNIDADE REQUISITANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2. Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **UNIDADE GESTORA** e **UNIDADE REQUISITANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **FORNECEDOR**, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **UNIDADE GESTORA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **FORNECEDOR** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **UNIDADE GESTORA**, esta comunicará ao **FORNECEDOR** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **UNIDADE GESTORA** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **FORNECEDOR** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula.

5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **UNIDADE GESTORA**, mediante adoção de das seguintes providências:

a) dedução de créditos do **FORNECEDOR**;



b) medida judicial apropriada, a critério da **UNIDADE GESTORA**.

CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando o **FORNECEDOR**, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o **FORNECEDOR**, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **FORNECEDOR** tiver comunicado à Unidade Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2. O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

6.2.1. Pela **UNIDADE GESTORA**:

- a) quando o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem 6.1;
- b) quando o **FORNECEDOR** não formalizar a contratação decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
- c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto contratado, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item 6.1;
- d) quando o **FORNECEDOR** não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público;
- f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
- g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;
- h) quando o **FORNECEDOR** der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente do registro de preços;
- i) a detentora não retirar qualquer Ordem de Serviços, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

6.2.2. Pelo **FORNECEDOR**

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.3. O cancelamento ou a suspensão, pela **UNIDADE GESTORA**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita mediante publicação no Órgão Oficial do Município por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

6.5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA VII – DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO

7.1. A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Subsecretaria/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das contratações.

7.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA VIII - DAS COMUNICAÇÕES

8.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA IX – DAS MULTAS E PENALIDADES

9.1. O **FORNECEDOR**, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

9.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **9.2**, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

9.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **9.2**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

9.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5. A aplicação de penalidades previstas para os casos de não execução do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.962/2003.

9.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo **FORNECEDOR**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.8. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **UNIDADE GESTORA** ao **FORNECEDOR**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do **FORNECEDOR** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.

9.9. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

9.10. Após a adjudicação do objeto, o **FORNECEDOR** será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data da referida convocação feita pela Unidade Gestora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades definidas pelo artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº.**/20...., seus anexos e a proposta da sociedade empresária _____ classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, pelo Decreto Municipal nº 13892/2020 no que não colidir com a primeira, Decreto nº 7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20.....

GESTOR
Representante Legal

EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 431/2020 - SS

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 431/2020 - SS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº
e do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de
habilitação estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº/20....**, assim como tem
pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 431/2020 - SS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 431/2020 - SS

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 431/2020 - SS

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM E A

(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)

O (a), neste ato representado por seu(ua) Sr(a)., brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº portador da CI nº doravante denominado com a interveniência da de neste ato representada por seu(ua)(a) Sr(a)., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº portador da CI nº e Secretária neste ato representada por seu Sr., brasileiro, inscrito no CPF nº portador da CI nº doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária estabelecida à rua nº, CNPJ nº pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº RG nº doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº/.....**, conforme consta do **processo** administrativo próprio nº/..... e Ata de Registro de Preços nº firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento, conforme especificações constantes dos Anexos do edital do **Pregão Eletrônico nº 431/2020**, o qual integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.1.1. Este contrato contempla a prestação dos serviços para o Lote

1.2. Integra este Contrato, como se nele estivessem transcritos as Especificações Técnicas (**item 3**) do Termo de Referência - Anexo VII do Edital do Pregão nº 431/2020, assim como todas as especificações neste contidas.

1.2.1. Integram ainda este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo Licitatório nº 07809/2020 – Pregão Eletrônico nº 431/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O presente contrato tem o valor global previsto de R\$ (.....), conforme preço registrado e quantitativos da UG, que é de pleno conhecimento das partes, sendo os valores unitários os seguintes:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.2. Os pagamentos estão condicionados à apresentação e processamento da produção conforme cronograma estabelecido pela Unidade Requisitante e pelo Ministério da Saúde, observados os seguintes procedimentos:

2.2.1. Os serviços realizados deverão ser apresentados lados que serão autorizados pela direção clínica ou responsável pela fiscalização do contrato do HPS e das demais unidades. Cópia desta documentação deverá ficar em posse do Fiscal nomeado, que preencherá o checklist formulado pela Subsecretaria de Urgência, que é o espelho da referida documentação, que acompanhará as notas fiscais, para posterior efetivação do pagamento pelo Departamento Orçamentário, Financeiro e Contábil (DOFIC/SSOF/SS), conforme valor aprovado.

2.2.2. A nota fiscal será emitida em moeda corrente do país, após o processamento da produção pelo sistema DATASUS/SIA, consoante valores aprovados pelo sistema.

2.2.3. Todas as notas fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e trabalhista, de acordo com o art. 29 da Lei 8.666/93.

2.2.4. Os valores a serem pagos observarão a Tabela SUS (SIGTAP), quanto ao valor unitário de cada procedimento realizado e aprovado pelo sistema, mais a complementação pelo Tesouro prevista para o LOTE I. Os procedimentos realizados nos pacientes serão faturados através do BPA individualizado, mediante conferência dos relatórios constando nomes dos pacientes e exames realizados, que deverão ser apresentados e conferidos pelo Fiscal do Contrato.

2.2.5 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, em até 30 (trinta) dias, pelo Departamento de Execução Orçamentária e Financeira (SSOF) da Unidade Requisitante, creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), na agência bancária indicada pela Contratada no CNES, após o processamento e aprovação da produção pelo SAI, condicionado ao repasse dos recursos ao teto MAC PELO Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde, em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente a data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto ao setor responsável da Unidade Requisitante:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

2.3. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

2.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **2.2.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

2.5. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

2.6. Quando ocorrer a situação prevista no item **2.4**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

2.7. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura

2.8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Lote I (HPS TABELA SUS + COMPLEMENTAÇÃO)

TABELA SUS: Ptes: 10.302.0003.2282.0000. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

COMPLEMENTAÇÃO: Ptes: 10.302.0003.2282.0000. **Fonte de Recurso:** 0102.600.000. (TESOURO). **Natureza de Despesa:** 339039.

4.1.2. LOTE II (TABELA SUS)

HPS: Ptes: 10.302.0003.2282.0000. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

PAI: Ptes: 10.302.0003.2298.5018. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

DURL: Ptes: 10.302.0003.2298.5017. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

UPAS: Ptes: 10.302.0003.2298.5019. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO

3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.9. O prazo de vigência para a prestação de serviços será por 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, podendo ser aditado e prorrogado sempre respeitando os limites e condições impostas pela Lei nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

3.10. Do reajuste do contrato:

3.10.1. O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

3.10.2. Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

3.10.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.10.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS

4.1. LOTE:

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Unidade Requisitante:

5.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

5.1.2. Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a Contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

5.1.3. Proporcionar condições à Contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

5.1.4. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

5.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

5.1.6. Impedir que terceiros prestem os serviços objeto do edital.

5.1.7. Os ambientes do estabelecimento de saúde que utilizarem os diagnósticos por imagem devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pela ANVISA - RDC nº 50/2002, para Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde.

5.1.8. Compete às autoridades sanitárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o licenciamento dos serviços que empregam os diagnósticos por imagem, assim como a fiscalização do cumprimento deste regulamento, sem prejuízo da observância de outros regulamentos federais, estaduais e municipais supletivos sobre a matéria.

5.1.9. Verificar o registro no Ministério da Saúde dos equipamentos de raios-X diagnósticos, componentes (tubo, cabeçote, sistema de colimação, mesa “bucky”, “bucky” mural, seriógrafo, sistema intensificador de imagem) e acessórios de proteção radiológica em radiodiagnóstico.

5.1.10. Após o término do certame e início dos serviços de instalação, cabe ao Município exigir o Relatório de aceitação da instalação e relatório de teste de aceitação dos equipamentos de rádio imagem, emitido pela Contratada após sua instalação com o aceite do titular do estabelecimento e relatório de levantamento radiométrico, emitido por especialista em física de radiodiagnóstico (ou certificação equivalente) comprovando a conformidade com os níveis de restrição de dose estabelecidos pelo regulamento.

5.1.11. Ceder espaço para as instalações da contratada na unidade indicada neste projeto, sem ônus para a Contratada.

5.1.12. Indicar servidores da SS (Fiscal e Gestor do Contrato), que ficarão responsáveis pela fiscalização da execução dos serviços, e a quem caberá promover a qualquer tempo, auditorias destinadas a comprovação da adequada execução dos serviços, em conformidade com os quantitativos estabelecidos e



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

padrões de qualidade exigíveis; remeter advertências à contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.

5.1.13. Periodicamente vistoriar as condições de instalações da entidade prestadora de serviços, para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato.

5.2. Da Sociedade Empresária Contratada

5.2.1. Na execução do contrato, a Contratada deverá apresentar relação dos profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem especialização na área em questão, através de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade.

5.2.2. A Contratada deverá garantir o número de funcionários, incluindo técnicos, auxiliares e médicos radiologistas, para execução dos serviços, atendendo aos quantitativos de equipamentos necessários, e salas existentes, considerando o horário de funcionamento do HPS – Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira, qual seja, sete dias na semana e 24h por dia, ininterruptamente.

5.2.3. Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, o nome deste deverá ser encaminhado previamente ao município, atendendo a todas as condições estipuladas no Edital.

5.2.4. A Contratada responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do serviço contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF.

5.2.5. Afastar do serviço do SUS/Juiz de Fora, no prazo máximo de 24 horas, qualquer empregado que na opinião da fiscalização não execute o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou ainda, quando se comportar de forma desrespeitosa, desordenada ou indesejável.

5.2.6. Designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.

5.2.7. Cumprir com todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso dos equipamentos de segurança por seus empregados, por funcionários da SS e de usuários, quando necessário; implementando uma estrutura organizacional de modo a facilitar o desenvolvimento de uma cultura de segurança.

5.2.8. A Contratada não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato sob pena de rescisão do contrato;

5.2.9. Caberá a Contratada apresentar relatório circunstanciado contendo relação de profissionais, equipamentos disponíveis, etc.

5.2.10. Repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde da Secretaria de Saúde.

5.2.11. As guias de encaminhamentos deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo, para fins de controle, avaliação e auditoria. Além disso, as guias de autorização dos procedimentos deverão, obrigatoriamente, estar autorizada pelo responsável designado do Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira para o LOTE I, e responsável designado por cada unidade para o LOTE II.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2.12. Deverá ser enviado por meio eletrônico, semanalmente, à Direção Administrativa do HPS relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data, profissional solicitante e procedimento realizado, em conformidade com o que dispõe esse Edital, quanto ao LOTE I. Deverá ser enviado por meio eletrônico, semanalmente, à Subsecretaria de Urgência e Emergência, com cópia para as Unidades constantes do LOTE II, relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data, profissional solicitante e procedimento realizado, em conformidade com o que dispõe o Edital.

5.2.13. Não será permitida a realização de procedimentos radiológicos em pacientes que não estejam em processo de atendimento referenciado, ambulatorial ou internado nas unidades de urgência OU QUE NÃO ESTEJAM DENTRO DO ROL DE EXAMES CONTRATADO, salvo por AUTORIZAÇÃO expressa da Direção Geral.

5.2.14. Providenciar manutenção preventiva mensal, o qual deverá ser apresentado através de relatório a ser entregue à Direção Administrativa do HPS, com igual periodicidade, e corretiva, em até 24hs da ocorrência de defeito nos equipamentos utilizados para realização dos serviços.

5.2.15. Todos os exames realizados serão acondicionados em embalagem própria ao serem entregues aos pacientes posteriormente à análise do Médico, Enfermeiro, profissional responsável;

5.2.16. Tratar os usuários do SUS, funcionários da Prefeitura de Juiz de Fora, representantes dos Conselhos de Saúde e Ouvidoria com zelo e distinção.

5.2.17. Medir periodicamente, de acordo com as normas de segurança e diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico, o nível de radioatividade emitido pelos equipamentos no ambiente.

5.2.18. Implementar o programa de garantia da qualidade e manter os assentamentos dos dados obtidos, incluindo informações sobre ações corretivas; bem como apoiar o SPR nos programas de garantia de qualidade da imagem e otimização da proteção radiológica.

5.2.19. Zelar pela integridade dos assentamentos por cinco anos, exceto de dados de monitoração individual que devem ser armazenados por um período mínimo de 30 anos após o término da atividade com radiação, exercida pelo indivíduo monitorado. Deverão ser utilizados meios adequados e armazenamento digital.

5.2.20. Estabelecer e implementar padrões de qualidade de imagem e verificar a sua manutenção; em conformidade com as Normas para Processo de Avaliação NR: NA 6/1 – ONA.

5.2.21. O programa de garantia de qualidade deverá incluir o assentamento dos testes e avaliações realizadas e os resultados obtidos, assim como a documentação e verificação dos procedimentos operacionais e das tabelas de exposição, considerando os requisitos de proteção radiológica estabelecidos no Regulamento.

5.2.22. Manter a atualização do Relatório de Levantamento Radiométrico e Medida de Radiação de Fuga e Relatório de Testes de Constância de todos os equipamentos (Portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).

5.2.23. Fornecer um Plano Operacional Padrão (POP) da destinação final dos resíduos químicos, considerando o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS (RDC 306 de 07/12/2004 e Resolução CONAMA 358/2005).

5.2.24. Assegurar à autoridade sanitária livre acesso a todas as dependências do serviço e manter à disposição todos os assentamentos e documentos especificados em regulamento (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2.25. Investigar causas de desconformidade com as leis que regulam o exercício da atividade, identificando circunstâncias e consequências, adotando, ainda, as medidas cabíveis para corrigir as falhas detectadas e prevenir a recorrência de infrações similares, com apresentação de medidas corretivas das não conformidades.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Os casos de inexecução do objeto deste **contrato**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

6.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **6.1**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **6.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

6.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.8. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a gestão do objeto, voltadas às questões administrativas, tais como aspectos documentais, a necessidade de formalização dos termos aditivos relativos à alteração no projeto, prorrogação dos prazos, e outros, referente ao **LOTE I** será realizado pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante

7.2. A fiscalização, acompanhamento da execução dos serviços, a verificação da conformidade de sua execução, referente ao **LOTE I**, será realizado pelo **HPS**, para o **LOTE II**, será realizado pelo **DURL**, **PAI** e **HPS/UPA'S**, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

CLÁUSULA OITAVA – DA CESSÃO

8.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

8.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

8.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

8.3. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA NONA – DAS COMUNICAÇÕES

9.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 20.....

PREFEITO
GESTOR(ES) DA(S) UG(S)
EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO PRESENCIAL nº 431/2020 - SS.

ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA E VALOR ESTIMADO

1. DA UNIDADE REQUISITANTE

1.1. Subsecretaria de Urgência e Emergência – SSUE/SS/PJF

2. DO OBJETO

Considerando a necessidade de selecionar interessados – pessoas jurídicas, dentro dos padrões de qualidade e parâmetros indispensáveis a uma melhor assistência à população.

Considerando o disposto na Lei 8666/93 e suas alterações, a NOAS – SUS nº 01/2001 – regionalização da assistência à saúde: aprofundando a descentralização com equidade no acesso, os artigos 24 e 25 da Lei 8080/90, Portaria SVS/MS nº 453/98, Lei nº 7494/85, que regula o exercício da profissão de técnico em Radiologia, e dão outras providências, bem como a Resolução CONAMA nº 358/05, a RDC da ANVISA nº 306/04, RDC da ANVISA nº 50/02, e demais especificações constantes dos Anexos deste Termo de Referência, visando a seleção para contrato com estabelecimentos interessados em prestar serviços de radiodiagnóstico computadorizado, residentes no município de Juiz de Fora, conforme condições constantes do Edital, deste Termo de Referência e seus Anexos.

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **prestação de serviços eletivos e de Urgência e Emergência de imagens através da TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA computadorizada**, visando atender a demanda das Unidades de Urgência e Emergência da SSUE/SS/PJF.

2.2. Atendidas as exigências legais, e presente a necessidade à prestação dos serviços, terão prioridade as Unidades Prestadoras de Serviços de caráter filantrópico ou as sem fins lucrativos, conforme o prescrito no parágrafo 1º do art. 199 da Constituição Federal, observando a legislação específica federal e municipal, bem como o disposto no Termo Contratual, no Edital e neste Termo de Referência.

2.3. Da Tomografia Computadorizada e da Ressonância Magnética

2.3.1. Tomografia Computadorizada: Consiste basicamente, em um Raio-X ultrasensível de uma determinada parte do corpo. Assim que os feixes atravessam o órgão, formam uma imagem, que é recebida e reconstituída no computador. Quanto maior o número de lâminas, melhor a resolução da imagem. Sendo assim, a Tomografia Computadorizada é ótima para detectar tumores, fraturas, hemorragias, avaliar o sistema nervoso central, alterações nos ossos ou pulmões, etc.

2.3.2. Ressonância Magnética: Utiliza um equipamento que fornece imagens em três planos, criando um campo magnético que envia ondas de rádio ao corpo e mede a liberação de energia das células. É como uma fotografia tridimensional do corpo visto por dentro. Por isso, a Ressonância Magnética é ideal para investigar algumas lesões. Iniciado o exame, o paciente deve se deitar e ficar imóvel.

2.4. A licitação deverá ser realizada em 02 (dois) lotes, sendo:

2.4.1. LOTE I: Tomografia computadorizada e ressonância magnética DE URGÊNCIA, PARA PACIENTES INTERNADOS, GRAVES OU AGUDIZADOS, no Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira. Os exames tomografia computadorizada deverão ser realizados no âmbito do Hospital, sem acarretar prejuízo ao paciente, garantindo sua assistência 24 horas, 07 dias por semana, incluindo feriados.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.4.2. LOTE II: Tomografia computadorizada, em estabelecimento próprio, PARA PACIENTES DAS UNIDADES DURL, PAI, UPA NORTE, UPA OESTE, UPA SUL, E PROCEDIMENTOS ELETIVOS ORIUNDOS DO HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DR. MOZART GERALDO TEIXEIRA que tenham condição clínica para transporte. Estes exames poderão ser realizados em estabelecimento próprio do prestador, deverão ser agendados conforme acordo entre a contratada e contratante, no período compreendido entre 07:00h às 22:00h, 07 dias por semana, incluindo feriados, o transporte será disponibilizado pela contratante através do Serviço de Transporte Inter Hospitalar.

2.5. DO CONHECIMENTO DO LOCAL PARA LOTE I

2.5.1. Apresentar Declaração de Conhecimento do Local, comprovando que a licitante tomou conhecimento, através de seu responsável devidamente identificado, do local onde os serviços serão executados. Os interessados poderão agendar o conhecimento do Local, a ser realizado acompanhado por servidor designado, de segunda-feira a sexta-feira, das 9 horas às 17 horas, pelo telefone 3690-8197 (Direção Administrativa do HPS), com pelo menos 48 horas de antecedência da data de realização da licitação, através do seguinte contato: DHMUE (Departamento do Hospital Municipal de Urgência e Emergência) – Av.: Barão do Rio Branco, 3408 – Passos. Tel.: 3690-8111 ou 8197.

2.5.2. Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto do contrato.

2.5.3. O prazo para tomar conhecimento iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior a data prevista para a abertura da sessão pública.

2.5.4. Caso o interessado opte por realizar a visita, deverá se apresentar devidamente identificado.

3. DOS QUANTITATIVOS, VALORES DE REFERÊNCIA DE EXAMES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. QUANTITATIVOS DE EXAMES (Última tabela deste Termo de Referência)

3.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.2.1. DOS REQUISITOS TÉCNICOS

3.2.1.1. Os proponentes deverão possuir Serviços Especializados específicos, próprios, conforme as normas do SUS.

3.2.1.2. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente estar credenciada ao SUS, através do cadastro no CNES.

3.2.1.2.1. Há categoria classificatória para “Serviços Especializados”, no CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES), cuja compatibilidade contempla a realização dos Procedimentos de Imagem, segundo a área especializada a saber:

Cód. Serviço	Código	Nome
121	003	Diagnóstico por Imagem – Tomografia Computadorizada
121	004	Diagnóstico por Imagem – Ressonância Magnética

3.2.1.3. Será exigido Licença Sanitária Inicial, Laudo de Proteção Radiológica emitido pelo órgão competente, Certificado de Controle de Qualidade para Imagiologia e, no que couber, Certificado de



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

autorização da CNEN para funcionamento de Serviços de Medicina Nuclear ou Serviços que detenham fontes radioativas.

3.2.1.4. Na fase de Qualificação e Habilitação do Serviço serão exigidos: Licença Sanitária Inicial, Laudo de Proteção Radiológica emitido pelo órgão competente, Certificado de Controle de Qualidade para Imagiologia e, no que couber, Certificado de autorização da CNEN para funcionamento de Serviços de Medicina Nuclear ou Serviços que detenham fontes radioativas.

3.2.1.5. A categoria classificatória pressupõe a existência de uma política de qualidade envolvendo estrutura, processo e resultado na gestão dos serviços, além de pessoal especializado, equipamentos e insumos para a realização de exames, conforme detalhado nos tópicos a seguir:

I) Infraestrutura, equipamentos e recursos humanos:

a) Disponibilizar todos os recursos físicos e materiais, permanentes e de consumo, necessários ao desenvolvimento de procedimentos de Boas Práticas para Funcionamento de Serviços de Saúde, conforme estabelecido na RDC Nº 63, de 25 de Novembro de 2011 e RDC Nº 2, de 25 de Janeiro de 2010, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde, bem como Recursos Humanos necessários.

II) Instalações:

a) Todos os Serviços de que trata este Termo de Referência devem atender a Resolução SMS Nº 1779 de 18 de agosto de 2011 e estar em conformidade com RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde e a Portaria Federal Nº 453, de 1 de Junho de 1998, que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico, dispõe sobre o uso imagens por radiodiagnósticos em todo território nacional e dá outras providências.

b) Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, exclusivamente a pacientes assistidos pelas Unidades de Urgência e Emergência que se encontram no Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira da Secretaria de Saúde de Juiz de Fora, bem como as referenciadas.

c) Referente ao LOTE I, a Secretaria de Saúde será responsável apenas pela cessão do espaço público dentro do Hospital, ficando a cargo da Proponente a estruturação local, inclusive com a instalação dos equipamentos, observando-se, para tudo, as normas legais pertinentes e mão de obra especializada.

d) Referente ao LOTE II, a prestadora deverá manter todas as condições acima, em estabelecimento próprio, que disponha de espaço físico e acessibilidade para recebimento de pacientes em macas hospitalares de transporte e cadeira de rodas, incluindo estacionamento de ambulâncias e que o aparelho comporte pacientes com 150 kg ou mais.

III) Equipamentos

a) Tomografia computadorizada e Ressonância Magnética

a.1) O prestador deverá dispor de toda a tecnologia necessária para processamento das imagens de forma a possibilitar o interfaceamento dos resultados automatizados pelos equipamentos com o sistema de gestão adotado pelo Hospital de Pronto Socorro e Unidades de Urgência e Emergência geridas pela SSUE.

a.2) Os materiais e equipamentos, assim como profissional médico e técnicos necessários à realização dos exames serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, de acordo com todas as exigências



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

legais e técnicas para o pleno funcionamento do Serviço, inclusive, os aparelhos de tomografia e ressonância magnética deverão comportar pacientes com 150 kg ou mais.

a.3) O prestador de serviços deverá disponibilizar todos os equipamentos e tecnologia para atendimento de acordo com o perfil assistencial e quantitativo de exames descritos no objeto, com o quantitativo mínimo dos equipamentos, cujas condições técnicas e de operacionalidade estejam em conformidade com a legislação vigente, destacando-se:

- a.3.1) Blindagem com as características requeridas;
- a.3.2) Vestimentas de proteção individual para adultos e crianças, quando for o caso;
- a.3.3) Mesa para a acomodação do paciente/usuário;
- a.3.4) Painéis de controle com valores dos parâmetros de operação apresentados de forma clara e compreensível para o usuário;
- a.3.5) Aparelho de anestesia compatível com ventilação para adultos e crianças;
- a.3.6) Monitor multiparâmetros com: pressão arterial não invasiva, eletrocardiograma, saturação arterial de oxigênio e capnografia;
- a.3.7) Dispositivo de Filtração do feixe útil de radiação, como recomendado;
- a.3.8) Sistema para identificar e ajustar o centro do feixe de radiação.
- a.3.9) Monitoramento dos profissionais ocupacionalmente expostos às radiações.
- a.3.10) Sistema de armazenamento de imagens digital PACS.
- a.3.11) Sistema de radiologia digital (Não será permitido o uso de produtos químicos para revelação das imagens).

a.4) Disponibilizar equipamentos novos, ou com no máximo 02 (dois) anos de uso, comprovado por data de fabricação, que atendam as exigências da ANVISA e demais legislações sobre a matéria, quando da execução do contrato.

a.5) Disponibilizar estrutura para atendimento de exames para os pacientes graves, com pontos de gases medicinais, ventilação mecânica, medicamentos, insumos e carrinho de emergência.
Responsabilizar-se pelo descarte de todo material usado, de acordo com as legislações pertinentes;

a.6) Para o LOTE I, O Hospital de Pronto Socorro disponibilizará o espaço necessário para as instalações físicas para a realização das tomografias computadorizadas. As ressonâncias magnéticas poderão ser realizadas em estabelecimento próprio do prestador, mais próximo do HPS, caso o espaço físico disponibilizado não seja suficiente para instalação do equipamento.

IV) Recursos Humanos:

a) A realização de procedimentos de Imagem exige a presença de médico especialista, com formação profissional em Radiologia para laudar os exames, além de equipe técnica com formação competente para o desempenho das atividades desenvolvidas e devidamente registrada nos órgãos de classe.

b) Todos os profissionais necessários à execução do objeto do contrato, conforme determina a legislação específica para centro de diagnóstico por imagem, serão fornecidos pelo prestador de serviço. Para os procedimentos onde serão necessários aplicação de contraste, os profissionais médicos do PRESTADOR serão responsáveis pela administração da medicação e atendimento em caso de urgências e emergências associadas a complicações inerentes a execução do procedimento.

c) Há compatibilidade prevista na Tabela de Procedimentos do SUS para a categoria da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme relacionada a seguir:

CBO	Especialização
225320	Médico em radiologia e diagnóstico por imagem



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

324115 Técnico em radiologia e imagenologia

d) O Responsável técnico deverá ser médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM, conforme RESOLUÇÃO CFM Nº 1.971/2011, Capítulo II – Responsabilidade Técnica e tem sua qualificação definida pela Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde n.º 453 de 1º de junho de 1998, com base em dispositivos constitucionais e na lei 8.080 de 19 de outubro de 1990, que “aprova o regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico, dispõe sobre o uso de raios-X diagnósticos em todo o território nacional e dá outras providências”.

e) Os proponentes deverão apresentar relação de profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuam especialização para realização dos serviços, através de certificado emitido pelo órgão regulador da profissão, bem como o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade e devidamente cadastrados no CNES, na execução do contrato a ser firmado.

f) **Para o LOTE I**, Para as tomografias computadorizadas, o Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira disponibilizará médico anestesista sempre que houver necessidade de sedação. Para as ressonâncias magnéticas, realizadas em estabelecimento próprio, a instituição CONTRATADA disponibilizará médico anestesista sempre que houver necessidade de sedação.

g) **Para o LOTE II**, a instituição CONTRATADA disponibilizará médico anestesista sempre que houver necessidade de sedação.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Lote I (HPS TABELA SUS + COMPLEMENTAÇÃO)

TABELA SUS: Ptes: 10.302.0003.2282.0000. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

COMPLEMENTAÇÃO: Ptes: 10.302.0003.2282.0000. **Fonte de Recurso:** 0102.600.000. (TESOURO). **Natureza de Despesa:** 339039.

4.1.2. LOTE II (TABELA SUS)

HPS: Ptes: 10.302.0003.2282.0000. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

PAI: Ptes: 10.302.0003.2298.5018. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

DURL: Ptes: 10.302.0003.2298.5017. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

UPAS: Ptes: 10.302.0003.2298.5019. **Fonte de Recurso:** 0159.149.600 (BLOCO MAC). **Natureza de Despesa:** 339039.

5. DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS

5.1. LOTE I: Atender a demanda do hospital 24hs por dia e 7 dias por semana para exames de urgência. Prazo de emissão dos laudos: 04 horas a contar do horário de realização do exame.

Obs. O atendimento de urgência e emergência não poderá sofrer interrupções, em eventual impossibilidade de atendimento por problemas técnicos, o prestador deverá disponibilizar plano de contingência de forma a assegurar a realização ININTERRUPTA dos exames. Em caso do equipamento



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ficar inoperante, a CONTRATADA deverá disponibilizar o procedimento, mesmo que em outra unidade. Neste caso, a Secretaria de Saúde disponibilizará o transporte dos pacientes através do serviço de Transporte Inter Hospitalar, no prazo de 48 horas. Após este período, todo o custo envolvido na realização destes exames, incluindo, a remoção a outra Unidade Clínica, será de responsabilidade do prestador.

5.1.1. O prazo para implantação do equipamento nas e efetivação do serviço é de 30 dias após o recebimento da Nota de Empenho. A instalação completa será de responsabilidade da empresa vencedora, incluindo todos os custos referentes a obras, procedimentos hidráulicos, elétricos e mão de obra especializada se forem necessários.

5.2. LOTE II: Atender a demanda através de agendamentos conforme acordo entre a contrata e contratante, no período compreendido entre 07:00h às 22:00h, 07 dias por semana, incluindo feriados. Prazo de emissão dos laudos: 04 horas a contar do horário de realização do exame. O transporte dos pacientes será através do serviço de Transporte Inter Hospitalar.

Obs. O atendimento de urgência e emergência não poderá sofrer interrupções, em eventual impossibilidade de atendimento por problemas técnicos, o prestador deverá disponibilizar plano de contingência de forma a assegurar a realização ININTERRUPTA dos exames.

6. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS PARA HABILITAÇÃO

6.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante;

6.2. Registro no CRM (Conselho Regional de Medicina);

6.3. Registro no CRTR (Conselho Regional de Técnico em Radiologia);

6.4. Alvará/Licença de Funcionamento, emitido por órgão sanitário local (DVISA), atualizado, dentro de um período de 01 (um) ano;

6.5. Atestado de capacidade técnica, emitido por estabelecimento de saúde que faça uso de sistemas de capacidade semelhante, bem como as especificações técnicas exigidas neste procedimento, devidamente registrados;

6.5.1. Para Lote I: Declaração de Conhecimento do Local, conforme modelo **Anexo VII**.

6.5.2. Para Lote II: Declaração de que o espaço físico no qual os exames serão realizados dispõe de acessibilidade para recebimento de pacientes em macas hospitalares de transporte e cadeira de rodas, incluindo estacionamento de ambulâncias e que o aparelho comporta pacientes com 150 kg ou mais.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Unidade Requisitante:

5.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

5.1.2. Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a Contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

5.1.3. Proporcionar condições à Contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.1.4. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

5.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

5.1.6. Impedir que terceiros prestem os serviços objeto do edital.

5.1.7. Os ambientes do estabelecimento de saúde que utilizarem os diagnósticos por imagem devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pela ANVISA - RDC nº 50/2002, para Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde.

5.1.8. Compete às autoridades sanitárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o licenciamento dos serviços que empregam os diagnósticos por imagem, assim como a fiscalização do cumprimento deste regulamento, sem prejuízo da observância de outros regulamentos federais, estaduais e municipais supletivos sobre a matéria.

5.1.9. Verificar o registro no Ministério da Saúde dos equipamentos de raios-X diagnósticos, componentes (tubo, cabeçote, sistema de colimação, mesa “bucky”, “bucky” mural, seriógrafo, sistema intensificador de imagem) e acessórios de proteção radiológica em radiodiagnóstico.

5.1.10. Após o término do certame e início dos serviços de instalação, cabe ao Município exigir o Relatório de aceitação da instalação e relatório de teste de aceitação dos equipamentos de rádio imagem, emitido pela Contratada após sua instalação com o aceite do titular do estabelecimento e relatório de levantamento radiométrico, emitido por especialista em física de radiodiagnóstico (ou certificação equivalente) comprovando a conformidade com os níveis de restrição de dose estabelecidos pelo regulamento.

5.1.11. Ceder espaço para as instalações da contratada na unidade indicada neste projeto, sem ônus para a Contratada.

5.1.12. Indicar servidores da SS (Fiscal e Gestor do Contrato), que ficarão responsáveis pela fiscalização da execução dos serviços, e a quem caberá promover a qualquer tempo, auditorias destinadas a comprovação da adequada execução dos serviços, em conformidade com os quantitativos estabelecidos e padrões de qualidade exigíveis; remeter advertências à contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.

5.1.13. Periodicamente vistoriar as condições de instalações da entidade prestadora de serviços, para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato.

5.2. Da Sociedade Empresária Vencedora

5.2.1. Na execução do contrato, a Contratada deverá apresentar relação dos profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem especialização na área em questão, através de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade.

5.2.2. A Contratada deverá garantir o número de funcionários, incluindo técnicos, auxiliares e médicos radiologistas, para execução dos serviços, atendendo aos quantitativos de equipamentos necessários, e salas existentes, considerando o horário de funcionamento do HPS – Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira, qual seja, sete dias na semana e 24h por dia, ininterruptamente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2.3. Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, o nome deste deverá ser encaminhado previamente ao município, atendendo a todas as condições estipuladas no Edital.

5.2.4. A Contratada responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do serviço contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF.

5.2.5. Afastar do serviço do SUS/Juiz de Fora, no prazo máximo de 24 horas, qualquer empregado que na opinião da fiscalização não execute o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou ainda, quando se comportar de forma desrespeitosa, desordenada ou indesejável.

5.2.6. Designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.

5.2.7. Cumprir com todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso dos equipamentos de segurança por seus empregados, por funcionários da SS e de usuários, quando necessário; implementando uma estrutura organizacional de modo a facilitar o desenvolvimento de uma cultura de segurança.

5.2.8. A Contratada não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato sob pena de rescisão do contrato;

5.2.9. Caberá a Contratada apresentar relatório circunstanciado contendo relação de profissionais, equipamentos disponíveis, etc.

5.2.10. Repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde da Secretaria de Saúde.

5.2.11. As guias de encaminhamentos deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo, para fins de controle, avaliação e auditoria. Além disso, as guias de autorização dos procedimentos deverão, obrigatoriamente, estar autorizada pelo responsável designado do Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira para o LOTE I, e responsável designado por cada unidade para o LOTE II.

5.2.12. Deverá ser enviado por meio eletrônico, semanalmente, à Direção Administrativa do HPS relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data, profissional solicitante e procedimento realizado, em conformidade com o que dispõe esse Edital, quanto ao LOTE I. Deverá ser enviado por meio eletrônico, semanalmente, à Subsecretaria de Urgência e Emergência, com cópia para as Unidades constantes do LOTE II, relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data, profissional solicitante e procedimento realizado, em conformidade com o que dispõe o Edital.

5.2.13. Não será permitida a realização de procedimentos radiológicos em pacientes que não estejam em processo de atendimento referenciado, ambulatorial ou internado nas unidades de urgência OU QUE NÃO ESTEJAM DENTRO DO ROL DE EXAMES CONTRATADO, salvo por AUTORIZAÇÃO expressa da Direção Geral.

5.2.14. Providenciar manutenção preventiva mensal, o qual deverá ser apresentado através de relatório a ser entregue à Direção Administrativa do HPS, com igual periodicidade, e corretiva, em até 24hs da ocorrência de defeito nos equipamentos utilizados para realização dos serviços.

5.2.15. Todos os exames realizados serão acondicionados em embalagem própria ao serem entregues aos pacientes posteriormente à análise do Médico, Enfermeiro, profissional responsável;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2.16. Tratar os usuários do SUS, funcionários da Prefeitura de Juiz de Fora, representantes dos Conselhos de Saúde e Ouvidoria com zelo e distinção.

5.2.17. Medir periodicamente, de acordo com as normas de segurança e diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico, o nível de radioatividade emitido pelos equipamentos no ambiente.

5.2.18. Implementar o programa de garantia da qualidade e manter os assentamentos dos dados obtidos, incluindo informações sobre ações corretivas; bem como apoiar o SPR nos programas de garantia de qualidade da imagem e otimização da proteção radiológica.

5.2.19. Zelar pela integridade dos assentamentos por cinco anos, exceto de dados de monitoração individual que devem ser armazenados por um período mínimo de 30 anos após o término da atividade com radiação, exercida pelo indivíduo monitorado. Deverão ser utilizados meios adequados e armazenamento digital.

5.2.20. Estabelecer e implementar padrões de qualidade de imagem e verificar a sua manutenção; em conformidade com as Normas para Processo de Avaliação NR: NA 6/1 – ONA.

5.2.21. O programa de garantia de qualidade deverá incluir o assentamento dos testes e avaliações realizadas e os resultados obtidos, assim como a documentação e verificação dos procedimentos operacionais e das tabelas de exposição, considerando os requisitos de proteção radiológica estabelecidos no Regulamento.

5.2.22. Manter a atualização do Relatório de Levantamento Radiométrico e Medida de Radiação de Fuga e Relatório de Testes de Constância de todos os equipamentos (Portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).

5.2.23. Fornecer um Plano Operacional Padrão (POP) da destinação final dos resíduos químicos, considerando o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS (RDC 306 de 07/12/2004 e Resolução CONAMA 358/2005).

5.2.24. Assegurar à autoridade sanitária livre acesso a todas as dependências do serviço e manter à disposição todos os assentamentos e documentos especificados em regulamento (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).

5.2.25. Investigar causas de desconformidade com as leis que regulam o exercício da atividade, identificando circunstâncias e consequências, adotando, ainda, as medidas cabíveis para corrigir as falhas detectadas e prevenir a recorrência de infrações similares, com apresentação de medidas corretivas das não conformidades.

6. DAS PENALIDADES

6.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;

c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

6.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **6.1**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **6.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

6.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

6.8. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a gestão do objeto, voltadas às questões administrativas, tais como aspectos documentais, a necessidade de formalização dos termos aditivos relativos à alteração no projeto, prorrogação dos prazos, e outros, referente ao **LOTE I** será realizado pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante

7.2. A fiscalização, acompanhamento da execução dos serviços, a verificação da conformidade de sua execução, referente ao **LOTE I**, será realizado pelo **HPS**, para o **LOTE II**, será realizado pelo **DURL**, **PAI** e **HPS/UPA’S**, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

8. DO PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos estão condicionados à apresentação e processamento da produção conforme cronograma estabelecido pela Unidade Requisitante e pelo Ministério da Saúde, observados os seguintes procedimentos:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.1.2. Os serviços realizados deverão ser apresentados laudos que serão autorizados pela direção clínica ou responsável pela fiscalização do contrato do HPS e das demais unidades. Cópia desta documentação deverá ficar em posse do Fiscal nomeado, que preencherá o checklist formulado pela Subsecretaria de Urgência, que é o espelho da referida documentação, que acompanhará as notas fiscais, para posterior efetivação do pagamento pelo Departamento Orçamentário, Financeiro e Contábil (DOFIC/SSOF/SS), conforme valor aprovado

8.1.3. A nota fiscal será emitida em moeda corrente do país, após o processamento da produção pelo sistema DATASUS/SIA, consoante valores aprovados pelo sistema

8.1.4. Todas as notas fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e trabalhista, de acordo com o art. 29 da Lei 8.666/93

8.1.5. Os valores a serem pagos observarão a Tabela SUS (SIGTAP), quanto ao valor unitário de cada procedimento realizado e aprovado pelo sistema, mais a complementação pelo Tesouro prevista para o LOTE I. Os procedimentos realizados nos pacientes serão faturados através do BPA individualizado, mediante conferência dos relatórios constando nomes dos pacientes e exames realizados, que deverão ser apresentados e conferidos pelo Fiscal do Contrato

8.1.6 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, em até 30 (trinta) dias, pelo Departamento de Execução Orçamentária e Financeira (SSOF) da Unidade Requisitante, creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), na agência bancária indicada pela Contratada no CNES, após o processamento e aprovação da produção pelo SAI, condicionado ao repasse dos recursos ao teto MAC PELO Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde, em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente a data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto ao setor responsável da Unidade Requisitante.:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

8.2. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

8.3. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **8.2.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

8.4. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

8.5. Quando ocorrer a situação prevista no item **8.4**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

8.6. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TABELA REFERENTE AO QUANTITATIVO DE EXAMES

LOTE I

LOTE I	SETOR	ITEM	OBJETO	Qt. anual	VI. anual
	HPS	1	Prest. de Serviços de exame de tomografia computadorizada de Urgência para pacientes em estado grave ou agutizados, no Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira	360	R\$ 985.200,00
	HPS	2	Prest. Serv. de exame de ressonância magnética de Urgência para pacientes em estado grave ou agutizados, no Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira	240	R\$ 125.100,00
	HPS	3	Aplicação contraste (ampola)	420	R\$ 42.000,00
TOTAL					R\$ 1.152.300,00

LOTE II

LOTE II	SETOR	ITEM	OBJETO	Qt. anual	VI. anual
	DURL	1	Prest.de Serviços de exame de tomografia computadorizada, com ou sem aplicação de contraste, conforme valores praticados pela Tabela SUS, realizados em estabelecimento próprio, para pacientes das unidades: Regional Leste, Pronto Atendimento e pacientes eletivos oriundos do HPS, que tenham condição clínica para transporte. Os exames deverão ser realizados com sedação, em pacientes em que se identifique a necessidade e/ou recomendação	360	R\$ 36.903,60
	PAI	1		120	R\$ 12.301,20
	HPS	1		1680	R\$ 172.216,80
	UPA's	1		720	R\$ 73.807,20
TOTAL					R\$ 295.228,80



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 431/2020 - SS

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, sediada na, cidade de, estado, telefone(s), e-mail para contato, por intermédio da pessoa legalmente credenciada Sr(a), CPF nº....., declara, sob as penas da Lei, que tem pleno conhecimento do Local onde serão executados os serviços objeto deste Edital.

A sociedade empresária declara ainda, que tem pleno conhecimento de que não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto do contrato, uma vez que será dado acesso aos interessados, que poderão entrar em contato conforme estabelecido no Edital do **Pregão Eletrônico nº 431/2020**, tomando conhecimento do local.

Juiz de Fora, de de 2021

.....
Identificação da Sociedade Empresária

Assinatura

Nome do responsável (por extenso e legível)

CPF nº

RG nº

Cargo e/ou função